

## Clipping n° 985

, 26 Abril 2012 - 12:42:45

**Pitney Bowes dobra a velocidade de impressão da IntelliJet 20** A Pitney Bowes Semco anunciou nova velocidade de impressão para a IntelliJet 20 Printing System, que produz comunicações para clientes agora na velocidade de 122 metros (400 pés - aproximadamente 1.700 A4 por minuto 2 up) por minuto, em quatro cores, com qualidade de impressão de 1200 dpi e alimentação de papel em bobina de até 20,5 polegadas. Segundo a empresa, este aprimoramento gera diferencial competitivo para negócios de serviços e mailers de grande volume de documentos transacionais, estendendo o intervalo de desempenho do sistema e melhorando os tempos de execução de curtos prazos de produção de impressão. O sistema Pitney Bowes Semco IntelliJet produz impressos transacionais em cores, com dados e imagens variáveis, e possui o ambiente ideal para a migração de sistemas de impressão laser para inkjet, sendo possível manter as aplicações atuais com pré-impresso e fazer a migração para cores personalizadas paulatinamente, proporcionando aumento da margem de lucro. Publish

**Heidelberg encerra ano fiscal com recorde de vendas no formato A2** As impressoras para formato A2 da Heidelberg, Speedmaster SM 74 e Speedmaster XL 75 - desenvolvidas para atender os segmentos comercial, editorial, de embalagens e de impressos de segurança - fecharam o ano fiscal de 2011 com mais um recorde de vendas. Repetindo o êxito mundial, no Brasil a Speedmaster SM 74 é o modelo mais vendido para impressões A2. No período de abril/2011 a março/2012 a Heidelberg do Brasil comercializou mais de 200 castelos de impressão neste formato, sendo que a SM 74 superou a casa dos 140 castelos. A configuração do equipamento pode atingir a velocidade máxima de até 15 mil folhas/hora. Ela permite a instalação de unidade de verniz em linha e dispositivo de reversão totalmente automático, entre outros fatores que possibilitam grande variedade de aplicações com excelente qualidade. Abigraf

**São Paulo terá curso sobre montagem e administração de editoras** No dia 5 de maio a Escola do Escritor promoverá o curso Como montar e administrar com sucesso uma editora. Serão abordados temas como o mercado editorial, a relação entre autores e a editora, capital inicial e de giro, orçamento, acabamento gráfico e distribuição. A inscrição custa R\$ 160 e deve ser feita online. O curso será ministrado por João Scortecci das 9h às 16h na Escola do Escritor (rua Deputado Lacerda Franco, 253, em Pinheiros), em São Paulo. Revista Tecnologia Gráfica

**Comissão da Câmara aprova flexibilização do fator previdenciário** Em reunião nesta quarta-feira (25), a Comissão de Negociação do Desenvolvimento Econômico e Social, da Câmara dos Deputados, que discute, entre outros temas, o fator previdenciário, aprovou proposta do deputado Ademir Camilo (PSD-MG), que cria alternativa ao fator previdenciário, a fórmula 85/95. A fórmula 85/95 exclui a incidência do fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e da idade do segurado atingir 85 e 95 anos para mulheres e homens, respectivamente. A emenda aglutinativa global apresentada pelo deputado Ademir Camilo acrescentou novidades à proposta do deputado licenciado Pepe Vargas (PT-RS), cujo substitutivo está parado na Comissão de Finanças e Tributação. Tanto a proposta do deputado Ademir Camilo, quanto o substitutivo do deputado Pepe Vargas mantêm o fator previdenciário (que

reduz o valor do benefício) para quem desejar aposentar-se, sem exigência de idade mínima, assim que completar o tempo, mas institui como alternativa as fórmulas 95 e 85 (soma da idade com o tempo de contribuição), respectivamente para homens e mulheres, que garantem uma aposentadoria sem o redutor. A proposta do deputado Camilo manteve: 1) o congelamento da tabela da expectativa de sobrevivência (IBGE) quando o segurado atingir 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, permitindo uma redução da incidência do fator, caso resolva aposentar-se antes de alcançar as exigências das fórmulas 95 e 85; 2) a inclusão na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria o tempo de aviso prévio; 3) a garantia de contribuição à Previdência nos 12 meses anteriores à aposentadoria caso o segurado seja demitido sem justa causa; 4) o cálculo do benefício de 70% das maiores contribuições a partir de 1994, em lugar de 80%, como é atualmente; e 5) a exclusão da aplicação do fator previdenciário para o segurado deficiente; E acrescentou: 1) um redutor de 2% para cada ano que faltar para o segurado atingir a fórmula 85/95, se acarretar valor maior ao segurado no caso da aplicação direta do fator. Esta regra não exclui o cumprimento dos requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição - 35 anos (homem) e 30 (mulher); e 2) um multiplicador de 2% para cada ano que o segurado ficar na ativa quando cumprir os requisitos da fórmula 85/95. Do mesmo modo, a aplicação desta regra não exclui os requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade - 30 (mulher), 35 (homem) e 60 (mulher) e 65 (homem). **Desdobramentos** Pelo entendimento pactuado na Câmara de Negociação do Desenvolvimento Econômico e Social, com a aprovação do novo texto que flexibiliza o fator previdenciário, o próximo passo será aprovar urgência para apreciação da matéria no plenário. Aprovado o novo texto pelo plenário, o projeto retorna ao exame do Senado (Casa de origem da matéria), que poderá cancelar o texto da Câmara ou manter o que já fora aprovado pelo Senado.

**Fator previdenciário** Sancionada em 1999, a Lei 9.876, que instituiu o fator previdenciário, tinha por objetivo inibir as aposentadorias precoces, pois segundo seus idealizadores, a equação idade ou tempo de contribuição, com a expectativa de sobrevivência no momento de se aposentar seria uma alternativa de controle de gastos da Previdência Social. **Fórmula 85/95** Por esta regra, alternativa ao fator previdenciário, o cálculo da aposentadoria quando a soma da idade com o tempo de contribuição for 85 para mulher, 95 para homem, 80 para professora e 90 para professor, o trabalhador receberá seus proventos integrais. **Leia mais:** Mudança no fator previdenciário: este é o momento

**Presidentes do STF e do TST abrem Seminário sobre Liberdade Sindical** O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen abriu, nesta quarta-feira (25), à noite o Seminário sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil, em solenidade que contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto. A mesa contou ainda com a diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, do ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, do procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, da perita da OIT Cleopatra Dombia-Henry, do vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto de Paula Machado, do especialista argentino Mario Ackerman, perito da OIT, a quem coube a palestra de abertura, e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), juiz Renato Henry Sant'Anna. A diretora da OIT, Laís Abramo, saudou a iniciativa do TST, que deve proporcionar um importante avanço no conhecimento e nas discussões sobre o direito sindical e a negociação coletiva. Ela lembrou que o Brasil tem se destacado no cenário internacional por suas ações pela promoção do trabalho decente e vem se tornando uma referência em diversas áreas, como o combate ao trabalho infantil e degradante, à discriminação, ao desemprego. **OIT: convenções importantes** Mas ressaltou também que, das oito convenções fundamentais da OIT, a única que o Brasil ainda não ratificou foi a Convenção 87, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito de sindicalização - que será um dos pontos centrais das discussões travadas durante o seminário.

O ministro Dalazen, em seu pronunciamento, ressaltou que a ideia de promover um amplo debate sobre a questão sindical surgiu

da constatação de que o modelo sindical brasileiro exige mudanças. "O seminário é um esforço bem intencionado com vistas ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro no que tange às relações de trabalho", afirmou.

O presidente do TST lembrou que o Direito do Trabalho deve muito, "senão tudo", de sua origem e fortalecimento à formação dos sindicatos, "organizações absolutamente essenciais e indispensáveis no sistema capitalista". Mas o modelo brasileiro atual, porém, exige reflexão e mudança, a fim de garantir a representatividade efetiva dos trabalhadores.

**Críticas ao modelo atual** Para Dalazen, os dois principais pilares do sindicalismo nacional - a unicidade de representação e o custeio obrigatório das entidades sindicais - resultaram num cenário de proliferação de sindicatos. "Contamos com mais de 14 mil sindicatos no país, e, com honrosas exceções, a maioria de pouca ou nenhuma representação", afirmou. "Temos milhares de sindicatos inexpressivos de empregados e de empresas, em larga medida em virtude do monopólio da representação e da receita fácil da contribuição obrigatória".

A crise da representatividade e a busca de soluções que fortaleçam e legitimem a atuação dos sindicatos, com a participação efetiva dos trabalhadores, serão tratadas nos painéis que compõem a programação do seminário, que se estende até sexta-feira (27). (Fonte: Notícias do TST)

**Desemprego aumenta e chega a 10,8% em março, aponta Dieese** Pelo terceiro mês seguido, a taxa de desemprego aumentou, ao passar de 10,1% em fevereiro para 10,8% em março, no conjunto das sete regiões metropolitanas pesquisadas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em março do ano passado, a taxa estava em 11,2% da população economicamente ativa (PEA). De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2,423 milhões de pessoas estavam desempregadas no período. O número representa um acréscimo de 175 mil na comparação com fevereiro e uma redução de 13 mil em relação a março de 2011. O nível de ocupação caiu 0,5%, com o corte de 92 mil vagas. Paralelamente, 84 mil pessoas entraram no mercado de trabalho. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, houve elevação na taxa de desemprego, na comparação com fevereiro. O maior aumento ocorreu em Fortaleza, onde o índice passou de 8,5% para 9,3% da PEA. No conjunto das regiões, a indústria fechou 53 mil postos, uma queda de 1,8%. A categoria outros setores, que inclui emprego doméstico, registrou uma redução de 47 mil empregos (queda de 3%). Na construção civil, houve eliminação de 35 mil vagas (redução de 2,5%). O comércio foi responsável pela abertura de 20 mil postos, um aumento de 0,6%. No setor de serviços, foram criados 23 mil empregos, uma alta de 0,2%. (Fonte: Agência Brasil)

**Produção industrial cresce em março após seis meses de queda** Segundo anúncio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a produção industrial voltou a crescer em março, após seis meses de queda, embora os estoques de produtos finais continuem acima do planejado. O nível de utilização da capacidade instalada, porém, manteve-se abaixo do usual para o mês. Segundo a pesquisa Sondagem Industrial da CNI, em março, a produção ficou em 54,6 pontos ante os 53,3 pontos registrados no mesmo período do ano passado. Em fevereiro deste ano, o indicador ficou em 46,5 pontos. O indicador da CNI varia de zero a 100 pontos, sendo 50 pontos a linha divisória. No caso do número de empregados no setor, o indicador passou de 48,3 pontos para 49,5 pontos de fevereiro para março e ficou abaixo do registrado em março de 2011, com 51,3 pontos. A CNI informou ainda que a indústria operou, em média, com 72% da capacidade instalada em março. O indicador aumentou 1 ponto percentual entre fevereiro e março, e ficou 1 ponto percentual abaixo do apurado no mesmo mês do ano anterior, quando registrou 73%. O nível dos estoques de produtos finais ficou estável na comparação com o mês anterior. O indicador tem oscilado em torno de 50 pontos desde novembro de 2011. Em fevereiro, o indicador registrou 51,1 pontos e em março caiu para 49,8 pontos. Em março de 2011, ficou em 50,5 pontos. A CNI destacou também que continuam as dificuldades para ajustar os estoques, principalmente nas grandes empresas. O indicador de estoque efetivo em relação ao planejado situou-se em 51,6 pontos em março, contra 52,1 pontos em fevereiro. Em março do ano passado, foram registrados 50,1 pontos. (Fonte: Agência Brasil)

**Jorge Caetano Fermino**